

Capítulo I

O conhecimento como construção social

Mary Jane Spink

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SPINK, MJ. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Cap. I, O conhecimento como construção social. p. 1-25. ISBN: 978-85-7982-046-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO I

O CONHECIMENTO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

De modo a situar a perspectiva construcionista vou abordar três tópicos. Em primeiro lugar, penso ser necessário situar o debate sobre a *Modernidade Tardia*, sendo preciso, para tal, conceituar *Modernidade Tardia*, *Sociedade de Risco* e a aceitação recente da *Reflexividade* sobre a ciência. Essa é a base necessária para entender o construcionismo como posicionamento perante a produção de conhecimentos.

Em segundo lugar, vou situar o Construcionismo Social como movimento de contestação à ortodoxia em ciência e, num terceiro momento, falarei do Construcionismo na Psicologia, apresentando as posições de Kenneth Gergen e Tomás Ibáñez. Falarei, também, de um autor ainda pouco conhecido nos meios acadêmicos brasileiros que traz contribuições importantes para uma visão crítica da pesquisa de cunho construcionista: Ian Hacking.

1. Modernidade tardia e a reflexividade em ciência

Não é possível entender (e muito menos simpatizar com) o Construcionismo sem compreender por que muitos autores afirmam que a ciência tornou-se reflexiva. De forma semelhante, não é possível compreender o debate sobre *Reflexividade* em ciência sem entender que mundo é esse em que vivemos hoje. Uso o termo *Modernidade Tardia* para me referir ao que Ulrich Beck (1993) chama de *Modernidade Reflexiva* e outros autores chamam de pós-modernidade.

Minha opção pelo termo *Modernidade Tardia* deve-se ao fato de achar muito difícil nomear os nossos tempos atuais de pós-modernidade: o que viria depois da pós-modernidade? “Pós-pós-modernidade”, “pós” ao terceiro grau? Entretanto, a despeito das diferenças de nomenclatura, o que parece estar sendo pontuado por diversos autores é que houve uma ruptura, a passagem de uma sociedade feudal para um outro tipo de formação social que define um novo período histórico – a modernidade – e que, de alguma forma, aquilo que marcava essa evolução, o período que muitos denominam como modernidade clássica, está atualmente em transformação.

Se há um certo grau de concordância quanto à percepção desse movimento de ruptura com aquilo que instituiu a modernidade clássica, certamente não há concordância quanto à forma de referir-se ao seu produto. Por enquanto, prefiro usar o termo *Modernidade Tardia*, acatando que, de alguma forma ou outra, estamos ainda em um mesmo processo. Não há uma ruptura tão nítida, tão clara (pelo menos vista “de dentro” desse processo) como na transição do feudalismo para a sociedade moderna, marcada pela emergência dos Estados-nação e pelo capitalismo contemporâneo. Daqui a cinquenta anos, cem anos, quem sabe? As pessoas olharão para trás e dirão: puxa vida! Ninguém percebeu os sinais de ruptura!

Pedindo desculpas antecipadas pelo uso que farei de analogias associadas às recentes pesquisas na área da genômica durante este curso, essas rupturas nas formações sociais, a exemplo do que acontece na evolução genética, são coisas lentas; não se dão do dia para a noite. Então, é difícil você viver a ruptura e dizer que está havendo uma ruptura. Daí minha opção pelo termo *Modernidade Tardia*, pelo menos por enquanto.

Ulrich Beck é meu principal autor de referência para trabalhar essas questões. Não ele sozinho; há uma constelação de autores preocupados com o tema da modernidade, incluindo aí Giddens (1998) na Inglaterra; Vattimo (1996); Boaventura Santos (2000) em Portugal. Ou seja, há vários autores que estão trabalhando essa problemática. Não vou fazer uma contraposição entre esses autores, até porque o tema deste tópico não é *Modernidade Tardia*, e sim o Construcionismo como opção para falar de conhecimento.

De acordo com Beck, a *Modernidade Tardia*, que ele chama de *Modernidade Reflexiva*, passa por três estágios de desenvolvimento: a *Pré-Modernidade*, que corresponde à transição do feudalismo para a sociedade moderna; a *Modernidade Clássica* que é coexistente com a sociedade industrial e a *Modernidade Tardia* que é coexistente com a sociedade de risco.

O que Beck busca apontar é que na transição para a *Modernidade Reflexiva* muda o foco da preocupação no governo das populações. A *Modernidade Clássica* (ou sociedade industrial) é uma sociedade que se pauta, sobretudo, pela distribuição de bens. Por isso mesmo o paradigma da sociedade industrial é o Estado do bem-estar social. A distribuição de bens

vem na cola do movimento que vai definir direitos de cidadania e direitos humanos e que tem repercussões na educação e na saúde entre outras áreas.

Hoje em dia, entretanto, segundo Beck, o que está em pauta é o controle dos riscos; ou seja, a distribuição dos males. Muitos autores que trabalham o tema da pós-modernidade têm uma posição bastante negativa acerca desse estado de coisas; têm uma certa tendência a olhar para isso tudo e dizer: “Meu Deus o que vai acontecer! Daqui a pouco as pessoas estarão fazendo clonagem em seres humanos ou estarão manipulando as células humanas, as células de animais, as células do trigo e estaremos caminhando para um futuro catastrófico”. A ótica da sociedade de risco tende a ser bastante negativa, mas não precisa ser. Recentemente tive oportunidade de ouvir uma conferência de Boaventura Santos onde ele pleiteava a possibilidade de uma globalização positivada, por exemplo, pela possibilidade de resistência em rede. O fato é que pelas características da sociedade atual, nós temos sim uma problemática bastante importante que é essa questão de distribuição ou minimização dos riscos: o que fazer com os riscos que nós mesmos produzimos com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia? É uma questão instigante que venho abordando em uma das linhas de pesquisa que venho desenvolvendo (Spink, 2000).

Beck propõe que a *Modernidade* sempre implica ruptura com a tradição. Por exemplo, há uma série de estruturas das relações sociais que eram próprias da sociedade feudal e que a modernidade veio romper. Mas nunca chega a ser uma ruptura total. Há permanências que ficam óbvias, por exemplo, na pesquisa de tempo longo de repertórios linguísticos. Beck trabalha essa temática de uma forma muito interessante. Ele afirma que para que a sociedade capitalista pudesse ter sucesso, foi preciso incorporar alguns aspectos do feudalismo no seio da sociedade capitalista.

Para ele, a família é um exemplo de estrutura que incorpora aspectos da sociabilidade feudal, tornando-se um núcleo feudal dentro de uma sociedade que se pauta pela igualdade, fraternidade e liberdade. Por que feudal? Pela distribuição de papéis entre homens e mulheres, que mantém a mulher numa situação de servidão. Obviamente Beck se refere à família prototípica da modernidade clássica, da sociedade industrial. Até certo ponto isso ainda permanece hoje, mas também se observam transformações importantes na estrutura familiar.

A *Modernidade Reflexiva*, segundo Beck, gera uma série de desmistificações, entre elas: a desmistificação da ciência e a desmistificação dos modos de ser na sociedade. A desmistificação da ciência implica dois movimentos paralelos: o questionamento das bases do conhecimento no plano da epistemologia – que remete à questão da ciência reflexiva – e o questionamento dos produtos da ciência – que remete à questão da gestão dos riscos. O debate sobre alimentos transgênicos é exemplo de ambos os movimentos. Parece que o Rio Grande do Sul tem uma posição crítica aos transgênicos. Já a Argentina, vizinha, tem outra completamente diferente, sendo muito mais positiva em relação aos transgênicos.

O exemplo é interessante, pois ilustra bem a posição de Beck sobre *Reflexividade* em ciência: a questão epistemológica é um questionamento que se dá dentro da própria ciência, já o questionamento a respeito dos produtos da ciência é um movimento social que se dá também fora da ciência. Assim, hoje há um site na Internet que se chama “cientistas preocupados com a genética” e é alimentado por discussões e informações vindas de cientistas que falam a partir da visão “de dentro” da ciência. Mas encontramos também sites de ativistas leigos, pessoas que não são cientistas ou pelo menos não estão falando a partir da posição de cientistas, também se posicionando a respeito dos riscos nessa área da engenharia genética.

Quais então as características da *Modernidade Tardia* que são fundamentais para o argumento construcionista? Beck arrola uma série de características dentre as quais três parecem-nos fundamentais para entender o debate moderno sobre ciência: globalização, individualização e *Reflexividade*.

Globalização é um termo que está muito em voga e que já foi incorporado ao vocabulário do cotidiano. Buscando situá-la para além da associação estreita com capitalismo tardio, proporíamos adotar a definição dada por Giddens (1998): globalização sendo a intersecção da ausência e presença ou, o entrelaçamento de relações sociais e eventos sociais que estão distantes dos contextos locais.

A face mais visível desse processo de globalização é a mídia eletrônica. São as comunicações em tempo real: o telefone, o ICQ da Internet que possibilitam a interação à distância, modificando, entre outras coisas as relações de trabalho. Esse processo de “eletronificação” da vida cotidiana foi incrivelmente rápido. Maria José Tonnelli defendeu sua Tese

de Doutorado em 2000 sobre a temática da aceleração da vida cotidiana no trabalho (Tonnelli, 2000). Nessa pesquisa ela entrevistou várias pessoas: diretores de empresa, gerentes, copeiras e faxineiras. Ela entrevistou uma dessas pessoas duas vezes com intervalo de um ano. No decorrer desse ano, o que mudou na vida dessa mulher? Há um ano ela mal dominava as novas tecnologias de comunicação. Hoje, ela viaja frequentemente, sempre levando seu laptop, “plugada” na Internet, com um celular, dois, três, quantos celulares forem possíveis. Quando em São Paulo, ela fala diariamente, com alguém na China, no Chile, no Canadá, seja lá onde estiver seu interlocutor. Ela não consegue mais pensar o trabalho sem essas vinculações, essa rede eletrônica.

Sem dúvida alguma, a globalização pensada na ótica da comunicação e informação traz mudanças nas formas como as pessoas se relacionam. Há dois anos, quantos de vocês tinham telefones celulares? Em 1998, com certeza contava-se nos dedos os donos de celulares. Eram sinais de prestígio e as pessoas faziam deles um “espetáculo”: no restaurante, colocavam seus celulares em cima da mesa, deixavam tocar para que todos vissem que possuíam um telefone celular. Hoje em dia, o guarda noturno que cuida da rua onde moro tem um celular, e acho ótimo que ele tenha: passou a ser uma estratégia de segurança numa cidade intensamente insegura!

Muito embora a rapidez com que se deu essa reticulação eletrônica impressiona, são os processos de individualização que são talvez a característica mais marcante da modernidade tardia. A individualização está profundamente imbricada com os processos de destradicionalização. Afirmei anteriormente que a mudança sempre resulta numa ruptura com a tradição. Destradicionalização é exatamente o termo que dá cor e conteúdo a esse argumento. Estamos falando da destradicionalização das principais instituições da modernidade clássica: família, trabalho, educação. É isso que faz com que as biografias se tornem, também elas, reflexivas (ou autorreferidas). Em resposta à pergunta “quem é você”, já foi usual referir aos laços institucionais: eu trabalho na Ford; eu sou metalúrgico. Hoje em dia não, as pessoas escolhem os elementos da sua biografia que mais se adaptam à situação. Há uma consciência aguda da multiplicidade de *selves* disponíveis para apresentação pública (Harré, 1998).

A destradicionalização no âmbito do trabalho refere-se às novas modalidades de vinculação ao mundo do trabalho: o subemprego, o

desemprego em massa, a terceirização do trabalho, às formas de trabalho que não estão mais localizadas em instituições. Até mesmo as que têm um vínculo formal com uma instituição começam a ter a opção de trabalhar em casa. Aqui, em Porto Alegre, talvez a locomoção não seja tão problemática, mas em São Paulo está levando tanto tempo para ir de A para B que compensa pagar para as pessoas trabalharem em casa. Em outros países do mundo, isso está acontecendo com muita velocidade. É evidente que isto muda tremendamente as relações de trabalho. Que implicações isso terá para o futuro? Para o envelhecimento? Para a família? A destradicionalização do trabalho é um campo aberto ao estudo na área da Psicologia Social.

Também a família está sendo destradicionalizada. Anteriormente referi-me à família como o núcleo feudal da sociedade industrial. Mas hoje sabemos que não basta abrir a porta e dizer para as mulheres: saiam para trabalhar! Isso não destrói necessariamente o que Beck refere como núcleo feudal da modernidade clássica. Gera as duplas jornadas, as triplas jornadas, mas cria novas possibilidades de sobrevivência que são menos vinculadas e dependentes do homem.

Essa nova sensibilidade para a autonomia certamente se faz presente na vida cotidiana. Ontem, creio que na MTV, ouvi uma música da Annie Lennox: um elogio às mulheres e à sua nova independência. A música tinha por refrão a frase: “nós não dependemos mais de vocês, embora isso não quer dizer que não gostamos de vocês”. Ou seja, não por isso vamos todas virar lésbicas. Não é isso, mas o fato de ter uma certa independência econômica, o fato de ter uma autoestima mais alta faz com que as relações de gênero também se modifiquem.

A destradicionalização da família tem também outras dimensões e aqui retomo o exemplo do genoma. Quantos de nós já escutamos falar (ou lemos sobre) de fulano que congelou o esperma de modo a escolher o momento da paternidade sem os riscos do envelhecimento. Congelado, o esperma estará “novinho” para quando quiser reproduzir; no momento em que for conveniente. Há mulheres que estão engravidando após a menopausa; há combinações inusitadas de reprodução assistida, e daí por diante. São novos desenvolvimentos vinculados à engenharia genética que, inevitavelmente, começam a transformar esse resíduo feudal da *Modernidade Clássica*; a destradicionalizar também a família.

E a educação? A educação passou a ser um contraponto na vida, da geração à morte. Começamos a estender a linha de tempo educativa com as teorias sobre educação *in utero*: tocar música erudita para que a criança nasça com gosto pela música. Ler Shakespeare, ou ler Erico Veríssimo em voz alta para que a criança desenvolva o gosto pela boa literatura. A criança mal nasce e todos se põem a falar inglês para que seja bilíngue, e daí por diante.

Quando fiz o doutorado, essa era a titulação máxima da carreira. Hoje em dia não: faz-se pós-doutorado, estágios seniores e um sem-número de cursos de especialização. A educação passou a ser um empreendimento contínuo: começa antes de nascer e adentra pela “terceira idade”. Imagino que aqui na PUCRS também há cursos para a terceira idade. Na PUC de São Paulo esse parece ser um campo em expansão.

A educação antes era baseada no livro texto. Hoje em dia, a moçada vai para a Internet em busca de informação. A tradicional enciclopédia morreu: passou primeiro para CD-ROM e creio que hoje nem isso. Você navega por um mar de informação (nem sempre com cartas náuticas adequadas) em busca da informação que você quer. Isso muda a natureza da relação educativa assim como mudam os instrumentos de educação. Tudo isso faz parte desse processo mais amplo de individualização.

A terceira característica da *Modernidade Tardia* destacada por Beck é a *Reflexividade*, e esta é a ponte para falar do Construcionismo. De forma sucinta podemos dizer que a *Reflexividade* é a abertura à revisão crônica das práticas instituídas à luz de novas informações. Em suma, significa que temos liberdade, e não só a liberdade, mas até a necessidade (decorrente desse processo de educação continuada) de rever conceitos e de propor novos conceitos.

A *Reflexividade* tem dupla face: de um lado é uma atitude intrínseca à própria ciência que começa a olhar para si mesma e a quebrar certas hegemonias. Abre-se, por exemplo, o debate metodológico. É imperativo haver método único para todas as ciências? É possível falar de uma dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais? Qual a especificidade e lugar dos métodos qualitativos? Só a quantidade pode ser a medida do avanço conceitual? São todas elas perguntas que servem de indícios desse debate maior que coloca em xeque o que Ibáñez (1991) denominou de ‘retórica da verdade’.

Desde Galileu adotamos o método experimental como parâmetro de ‘boa ciência’. Mas aos poucos acirrou-se um movimento de contestação e questionamento sobre os caminhos seguros para chegar às verdades últimas. Coloca-se no rol da discussão o debate sobre a natureza do conhecimento.

Mais recentemente, na Sociologia e na Filosofia da Ciência, acirra-se esse debate. Por exemplo, Ludwick Fleck (1979), que escreve sua obra sobre a construção do conceito médico de sífilis nos anos 30; ou ainda Thomas Kuhn (1962), que publica nos anos 60 sua influente obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*. E atualmente contamos com Bruno Latour (1987), Steve Woolgar (1988), Karin Knorr-Cetina (1981) e outros tantos autores que, trabalhando de dentro da ciência, buscam entender a ciência como prática social, incluindo aí os processos de legitimação de conhecimento.

Mas a *Reflexividade* emerge também ‘de fora’ da ciência, a partir da crítica aos produtos da ciência. Esse segundo movimento da *Reflexividade* na arena da ciência tem um papel importante na emergência da preocupação com as questões éticas da pesquisa. Por muito tempo tivemos uma ciência desenvolvida como prática ensimesmada, uma prática que não abria as portas do laboratório à inspeção pública. Bastava entregar ao público o resultado final da pesquisa: um novo medicamento, uma nova vacina, uma nova tecnologia.

Hoje em dia todos esses processos estão abertos à inspeção. Por quê? Em parte, porque a própria evolução da noção de direitos assim o exige, mas também porque as tecnologias da informação tornam disponíveis essas informações. Se hoje acontece uma conferência sobre desenvolvimento de vacinas de AIDS, no dia seguinte, estará sendo discutida na Internet. É muito difícil fazer ciência de portas fechadas. Não só pela exposição na mídia; há ainda os diversos órgãos de regulação dos produtos da ciência, como o FDA nos EUA que controla como esses medicamentos chegam ao mercado, ou as instâncias de controle da pesquisa, os comitês de ética nas instituições de pesquisa, nas universidades e nos próprios laboratórios, que cuidam dos protocolos de pesquisa e dos aspectos éticos desses protocolos.

Essa questão da ética dos procedimentos de pesquisa acompanha a questão da *Reflexividade* não tanto de ‘dentro’ da ciência, mas certamente nas fronteiras entre a ciência e a sociedade civil. Creio que era isso o que queria trazer como pano de fundo, como contexto, para entrar no segundo

tópico desta aula, mais diretamente relacionado com a perspectiva construcionista.

2. A perspectiva construcionista

Para apresentar a perspectiva construcionista creio ser importante começar situando o que as pessoas estão chamando de construcionismo. Na Psicologia, um dos autores mais antigos nessa discussão é Kenneth Gergen. Já em 1985 Gergen havia publicado um texto intitulado *O Movimento Construcionista Social na Psicologia Moderna* que, publicado no *American Psychology*, se tornou clássico como texto introdutório à postura construcionista na Psicologia. Se Gergen se referia, em 1985, ao movimento construcionista, é evidente que a reflexão construcionista já estava em pleno andamento.

Nesse texto Gergen afirma que “a investigação construcionista preocupa-se com a explicitação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem” (Gergen, 1985). Ou seja, de uma forma ou outra, essa discussão enquadra-se no âmbito de uma teoria do conhecimento. Enquadra-se ou contrapõe-se, pois a perspectiva construcionista, como aponta Gergen já nesse texto, traz no seu bojo várias implicações para a maneira como entendemos “conhecimento”.

Implica, primeiramente, abdicar da visão representacionista de conhecimento que toma a mente como o espelho do mundo. Um dos autores que muitos de nós usamos para trabalhar isso é Richard Rorty e especialmente o livro *Filosofia e o Espelho da Natureza*, publicado originalmente em 1979. Um alerta: ao referirmo-nos à visão representacionista do conhecimento, não estamos falando da teoria psicossocial das Representações Sociais. Estamos falando de uma maneira de entender o conhecimento que se inaugura na modernidade clássica.

Em segundo lugar, implica adotar a perspectiva de que conhecimento é algo que as pessoas fazem juntas. Consequentemente, resulta numa socialização do conhecimento que passa a ser algo que construímos juntos por meio de nossas práticas sociais e não algo que apreendo do mundo. Talvez seja por isso que essa vertente do conhecimento suscita tanto interesse na Psicologia Social, pois se trata fundamentalmente de uma teoria social do conhecimento.

Também Thomas Ibáñez, traz contribuições relevantes para entender o que seria uma Psicologia Social de cunho construcionista. Em 1994 Ibáñez publicou, na revista da Associação Venezuelana de Psicologia Social, um texto introdutório ao Construcionismo que tem o mérito de ser excepcionalmente claro e sintético. Nesse texto, ele vai propor que são necessárias várias desconstruções de modo a adotar uma postura construcionista plena.

Em se tratando de uma forma de entender o “conhecimento”, a primeira desconstrução necessária é da dicotomia sujeito-objeto. Ibáñez afirma que na inversão construcionista tanto o objeto como o sujeito são tomados como construções sociais. Sendo o conhecimento uma construção social, é o conhecimento socialmente produzido que constrói ambos, o sujeito e o objeto. Ibáñez segue nesse processo de desconstrução focalizando quatro pressupostos básicos da atividade científica: os pressupostos ontológicos, epistemológicos, metodológicos e sobre a natureza humana. No que se refere aos pressupostos ontológicos, Ibáñez aponta que na postura construcionista não existem objetos naturais: os objetos são como são porque nós somos como somos. Essa é uma questão complexa que implica o posicionamento sobre a natureza da realidade e que será abordada mais tarde neste curso. Mas por ora basta frisar que, para o Construcionismo (pelo menos na vertente discutida por Ibáñez, pois há muitos Construcionismos!), não há objetos independentes de nós e nem existimos independentemente dos objetos que criamos. Essa questão da objetivação dos fatos sociais foi muito bem trabalhada por Peter Berger e Thomas Luckmann no livro *A Construção Social da Realidade* (1976).

Quanto aos pressupostos epistemológicos, para o Construcionismo o conhecimento não representa a realidade: não é possível distinguir entre a nossa inteligência sobre o mundo e o mundo como tal. Mais uma vez, essa questão é bastante complicada: é difícil afirmar que existe ou não um mundo material para além de nossas produções culturais, pois não conseguimos distinguir entre esse mundo e o nosso conhecimento sobre o mundo. Espero que a discussão que farei a seguir sobre o trabalho de Thomas Laqueur sobre a invenção do sexo possa dar um pouco mais de substância a essa afirmação.

Quanto aos pressupostos sobre a natureza humana, na perspectiva construcionista o conhecimento é tomado como prática social, ou seja, os

objetos e critérios de verdade são produções sociais que se institucionalizaram por meio de processos de habituação (ver, por exemplo, Berger e Luckmann, 1976).

Finalmente, no que diz respeito aos pressupostos metodológicos, o Construcionismo traz para a pesquisa uma postura desreificante, desnaturalizante, desessencializadora que radicaliza ao máximo a natureza social do nosso mundo vivido e a historicidade de nossas práticas. Em suma, Ibáñez propõe que o que tomamos como objetos naturais são objetivações decorrentes de nossas construções, de nossas práticas. Essa é uma proposição compartilhada por muitos autores. Portanto, não estou aqui afirmando que Ibáñez é quem melhor expressa tais posições; trago-o como uma voz entre outras tantas porque compartilho certas de suas posições. Mas reitero que essas posições têm ressonâncias com a de outros autores.

Frequentemente as pessoas perguntam se Construcionismo e Construtivismo são a mesma coisa. É possível desfazer essa dúvida a partir da própria Psicologia, mas, até porque o Construcionismo não é um movimento intrínseco à Psicologia, vou pontuar a diferença a partir da Filosofia e, mais particularmente, de um filósofo analítico: Ian Hacking. Embora ele não se autodenomine construcionista, sua obra recente, intitulada *The Social Construction of What?*, é um livro sobre Construcionismo Social.

Hacking afirma que a noção de construção é uma noção basicamente Kantiana e conclui, em sua discussão sobre a noção, que nós não conseguimos nos libertar nem de Platão nem de Kant. A noção de construção, presente em Platão e em Kant, tem três grupos de herdeiros na Filosofia contemporânea. O primeiro grupo é formado pelos *construcionalistas*, termo cunhado por Goodman para falar dos mundos que nós criamos. O projeto construcionalista tem por objetivo demonstrar que várias entidades, conceitos e palavras são construídas a partir de outros materiais. Mas os construcionalistas não estudam a história e nem os eventos sociais. Eles estão interessados na construção lógica.

O segundo grupo de filósofos que usam uma palavra associada à construção – os Construtivistas – refletem a partir da Matemática. Eles propõem que, em certo sentido, os objetos da matemática, números e fatos matemáticos, são socialmente construídos. Para Hacking, o Construtivismo é expressão muito particular dessa vertente da Filosofia da Matemática.

Já o Construcionismo designa os vários projetos históricos, sociológicos, filosóficos que têm por objetivo demonstrar ou analisar interações sociais historicamente situadas ou os caminhos que levaram ao estabelecimento de algum fato ou entidade do presente.

Essas distinções foram feitas por Hacking a partir de uma leitura interna à Filosofia. Vale lembrar que, no âmbito da Psicologia, a confusão mais comum é entre Construcionismo e Construtivismo, palavras que têm associações teóricas bastante diversas. Tendo a reservar Construtivismo para uma vertente de estudos psicológicos baseados no desenvolvimento da cognição, pautada principalmente nas teorizações de Piaget. Embora aceitando a atividade do sujeito na cognição, essa vertente parece continuar acatando a dicotomia de sujeito e objeto. Hacking vai concluir que, para todas estas variedades de “construção” – construcionistas, construtivistas, construcionistas – as coisas não são o que parecem ser. Todos propõem questionar o verniz da realidade ou daquilo que as pessoas tomam por real. A surpresa, conclui ele, é que todos se movem ainda na dicotomia entre a aparência e realidade (ou essência) que foi introduzida por Platão e que recebe sua forma definitiva em Kant. Quais são as possíveis soluções deste dilema?

Aqui a confusão é grande para quem não é filósofo! Há vários autores na Psicologia que buscam apoio no naturalismo crítico de Roy Baskar (1983) para quem o dilema construcionista pode ser resolvido pela distinção entre duas posturas complementares: o realismo ontológico e o construcionismo epistemológico. Ou seja, a existência de um mundo real (realismo ontológico) não é colocada em dúvida, mas o conhecimento é tomado como uma construção social (construcionismo epistemológico). Essa é uma possibilidade de conciliação que tem tido bastante aceitação na Psicologia.

Já Hacking parece dar preferência à posição defendida por Searle, o qual, em seu livro intitulado *A Construção Social da Realidade* (que Hacking alerta nada tem a ver com construcionismo), argumenta que os fatos são ontologicamente subjetivos e epistemologicamente objetivos. Assim, os fatos seriam ontologicamente subjetivos quando dependem dos seres humanos e de suas práticas. Por exemplo, o aluguel de um apartamento existe porque existe uma prática social que institui tal aluguel. O aluguel não existiria se não existissem pessoas; se não existisse uma

estrutura de propriedade que faz com que as pessoas aluguem propriedade. Entretanto, ele é epistemologicamente objetivo, porque está inserido numa realidade concreta: se você não pagar o aluguel, será despejado. Muito embora não tenha competência para aprofundar esse debate, acho que é importante sinalizar para sua existência e para a diversidade de soluções aí propostas. É também importante sensibilizar para o fato de que se trata de debate ainda em andamento porque, embora fale-se muito em epistemologia nos cursos de Psicologia, pouco aborda-se a questão da ontologia.

Retomando Ibáñez e as desconstruções necessárias para a adoção da postura construcionista, falamos até agora da dicotomia entre o sujeito e o objeto, e suas implicações em relação aos pressupostos sobre o mundo, o conhecimento, a natureza humana e a metodologia. A segunda desconstrução (inevitavelmente associada à primeira) é a da retórica da verdade. O termo “retórica da verdade” é usado por Ibáñez para se referir a um tipo de legitimação do conhecimento intrinsecamente associada ao método científico e que pressupõe a existência de uma verdade transcendental. Para o Construcionismo, entretanto, a verdade é a verdade de nossas concepções, de nossas instituições, de nossas relações, de nossos acordos sociais.

Essa postura é compartilhada por outros pensadores, por exemplo, Edgar Morin (1985). Vale alertar que embora esteja propondo que há semelhança na postura sobre a validação essencialmente social do conhecimento não estou afirmando que Morin é construcionista. Para Morin, o problema epistemológico da complexidade é a complexidade do problema da objetividade. Assim, para chegar à objetividade temos que percorrer um longo caminho que começa com a história e com a cultura, que definem a tradição crítica que é a legitimadora do que é verdade e do que é objetividade. Isso implica a aceitação das regras do jogo científico.

Aceitamos essas regras porque fazemos parte de uma comunidade de compartilhamentos e acordos, porque evidentemente existem conflitos entre teorias, ideologias e metafísicas. Também Pierre Bourdieu (1983) nos ajuda a refletir sobre essa sociabilidade intrínseca da produção de saberes legítimos a partir da noção de campo científico. O que se pontua aí é que, de alguma forma, isso implica a aceitação das regras do jogo pela comunidade (no caso, a comunidade científica). Só que a comunidade somos nós; ou seja, esse processo de legitimação da objetividade implica

relações interpessoais intersubjetivas: comunicação entre investigadores e provas obtidas de experimentos ou de relatos de observações. Trata-se de um longo percurso que envolve convenções e negociações e é, portanto, absolutamente social. Então, se tantos autores concordam que os fatos científicos são construções sociais, qual a especificidade da pesquisa construcionista? Trouxe Morin e Bourdieu como apoio para falar da desconstrução da retórica da verdade; entretanto, nem um nem outro se definiriam como construcionistas. Para situar a especificidade da pesquisa construcionista, retomo as reflexões de Hacking.

Hacking (como Danzinger, 1997) busca o compartilhamento na diversidade de posturas que podem ser encontradas nas reflexões construcionistas. Segundo o autor, o que parece unir as diferentes correntes construcionistas é o objetivo subjacente de libertação daquilo que se tornou instituído ou essencializado. Existiria, assim, um substrato crítico-político nas pesquisas construcionistas. Basicamente, a postura construcionista é crítica do *status quo*: parte-se da premissa que X (sendo X um fenômeno social qualquer) não precisaria ter existido ou ser como é; não é determinado pela natureza das coisas; não é inevitável. É essa premissa que distingue a pesquisa construcionista.

Muitos construcionistas não param nesta primeira constatação. Vão além afirmando que esse X é intrinsecamente ruim; é negativo. Nesses casos há uma afirmação de valor explícita que pode levar ainda ao reconhecimento que estaríamos muito melhor se X não fosse assim. Em suma, embora toda a pesquisa construcionista parta do estranhamento daquilo que é familiar e socialmente instituído, pode ser desenvolvida com diferentes graus de compromisso. Hacking propõe seis graus de compromisso com a transformação social:

1. *Histórico*: quando o objetivo é fazer a história de X de modo a argumentar que X foi construído por meio de processos sociais que são históricos e culturalmente situados. O trabalho da primeira fase de Foucault – *A História da Loucura, A História da Clínica, Vigiar e Punir* – são pesquisas que se enquadram perfeitamente bem aí. Incluo aí pesquisadores que estão fazendo trabalhos arqueológicos sem necessariamente definirem-se como construcionistas, mas cujo trabalho tem afinidade com a postura construcionista.

Esse seria um primeiro grau de compromisso com a transformação social;

2. *Irônico*: quando reconhecemos que aquilo que tomamos como parte inevitável do mundo ou de nossa arquitetura conceitual, poderia ter sido substantivamente diferente. Trata-se do reconhecimento que X é altamente contingente, produto de forças sociais e históricas, mas algo que não podemos, no momento, deixar de tratar como parte do universo interacional ou material;
3. *Reformista*: quando tomamos uma posição frente a X: X é ruim! Embora aceitando que não seria possível viver sem X, busca-se, pelo menos, alterar alguns de seus aspectos de modo a minimizar seus efeitos nefastos;
4. *Desmascarador*: que busca também expor as funções extrateóricas de X;
5. *Rebelde*: que leva a sério a postura reformista e assume publicamente que estaríamos melhor sem X;
6. *Revolucionário*: que extrapola a esfera das ideias e busca ativamente mudar X.

Segundo Hacking, para que a pesquisa construcionista seja útil é preciso que se tenha clareza sobre o que é que está sendo construído, que X é esse. O autor faz uma distinção interessante entre ideias e objetos que, embora complexa, inclui dois aspectos que merecem destaque. O primeiro é que o que está sendo construído na maior parte das vezes são ideias, mas são ideias que efetivamente acabam por definir o objeto. O segundo é que essas ideias não são construídas como ato de vontade; elas são subprodutos de uma matriz. É preciso que exista um conjunto de elementos, que ele chama de matriz, embora reconheça que este termo tem múltiplos significados e definições, para que algo possa ser construído. Em suma, não basta focalizar a evolução das ideias, é preciso entender como essa ideia emerge na matriz de eventos que é sua condição de possibilidade.

Para exemplificar o uso que faz da noção de matriz, Hacking discute a emergência da categoria “mulheres refugiadas políticas” no Canadá (um dos países que levou mais a sério as resoluções das Nações Unidas sobre

refugiados). É evidente que a mulher concreta que fugiu de seu país por questões políticas e buscou refúgio em outro país não é uma construção social. Esse ato é produto de eventos sociais concretos que a levam a abandonar seu país. Mas para que ela possa entrar no Canadá, ela tem que receber o rótulo de “mulher refugiada política” caso contrário tem que entrar como imigrante, que é outro processo sendo mais complicado a longo prazo.

Para que ela receba esse rótulo, uma série de instituições e pessoas têm que ser envolvidas: advogados, ativistas de direitos humanos, imprensa, legislação específica, abrigos onde elas ficam enquanto o processo está correndo. Disso depende o seu status perante as autoridades da imigração: se imigrante, vamos devolvê-la; se não é imigrante, vamos respeitá-la porque é refugiada política.

Essa matriz engloba pessoas, instituições, formulários que têm que ser preenchidos, fotografias que têm que ser tiradas e passaportes. Há, assim, uma materialidade aí implicada que faz com que esse rótulo (essa ideia) efetivamente construa esse objeto – a mulher refugiada – que adquire certos direitos, ganha dinheiro, pode viver em certos lugares e daí por diante. Em suma, é importante ter clareza sobre o que (ideia ou objeto) está sendo construído nesse processo; é importante também, que se trabalhe de uma forma ampla, incluindo a matriz de elementos que dão sustento à ideia que está sendo construída.

A postura construcionista tende a suscitar objeções de duas ordens: o reducionismo linguístico e o relativismo. Quanto ao reducionismo linguístico, existe sem dúvida uma ênfase na linguagem. Muito embora ninguém que esteja afinado com a postura construcionista afirme que a linguagem é o único produto da atividade humana que gera objetivações, há, de fato, uma tendência a trabalhar com produções linguísticas.

Também o relativismo é um aspecto central do Construcionismo e não poderia deixar de ser porque, como afirma Hacking, afirmar que X não precisaria ter existido (ou ter existido dessa forma) é uma precondição da pesquisa construcionista. Isso implica acatar um certo grau de culturalismo e de ceticismo perante aquilo que está socialmente instituído. Mas essas construções não são tomadas como atos da vontade de indivíduos; são produtos de interações sociais sustentados por matrizes complexas de instituições, pessoas e tecnologias de visibilidade. É preciso entender essas

construções em seu contexto de produção: que sociedade é essa, que usos são feitos disso e que consequências têm. É difícil muitas vezes sairmos dessas construções e olhá-las de fora porque estamos habituados a elas e fomos socializados nessas matrizes. Mas a postura construcionista tem que ser relativista por princípio: não aceitando isso, não se está fazendo uma pesquisa construcionista.

Reconhecendo que a objeção ao relativismo da postura construcionista é corrente, Hacking pergunta por que o relativismo suscita tanto medo e, como resposta, explora algumas possibilidades. Um dos medos é que o relativismo passe a ser licença para toda e qualquer coisa. Já que tudo é construído, tudo vale. Há também o medo do revisionismo histórico, tal como aconteceu recentemente em relação aos campos de concentração e extermínio dos judeus. Há, ainda, o medo da perda da tradição.

Não há como negar esses medos. Mas as preocupações que suscitam abrem mais uma janela para reflexão ética. Para afirmar que X não precisaria ter existido ou que X poderia ter sido diferente, tenho que me situar no campo da ética. Por isso, para mim, as coisas andam juntas. O relativismo suscita a necessidade da reflexão sobre os efeitos daquilo que a gente produz; suscita, portanto, uma reflexão ética. O mérito de acatar tão abertamente uma postura relativista face aos fatos sociais é que ela abre o debate; força a reflexão sobre os efeitos de nossas práticas em pesquisa. Há formas de pesquisa que escondem, escamoteiam esse debate. Prefiro o debate; prefiro lidar com os problemas que o relativismo possa suscitar.

3. Ilustrando a postura construcionista em pesquisa

Escolhi duas pesquisas que considero ilustrativas da postura construcionista. A primeira é de Thomas Laqueur, um historiador da Universidade da Califórnia que está falando justamente da ruptura que leva do feudalismo à modernidade clássica, a que me referia quando falava de modernidade tardia no início desta aula. Ele vai estudar transformações que ocorreram na forma de descrever sexo – biologicamente e anatomicamente – na Renascença e a partir do século XVIII.

Comecei a me apaixonar pelo livro lendo a introdução, onde ele contava que era um historiador da Medicina especializado no século XIX.

Ele estava em Oxford, Inglaterra, fazendo uma pesquisa para um livro que ele pretendia escrever sobre a noção de ciclos de vida na Medicina do século XIX. Por acaso ele se deparou com manuais de parteiras do século XVII e descobriu, com total surpresa, que não apenas eles falavam em orgasmo feminino, mas o orgasmo feminino era tomado como condição *sine qua non* para engravidar. Lendo isso com o olhar de um historiador especializado em Medicina do século XIX, Laqueur estranhou tendo em vista que no século XIX questionava-se até mesmo a possibilidade da mulher ter orgasmo. Parecia-lhe estranho, portanto, que no século XVII as pessoas estivessem tomando como dado que o orgasmo feminino era possível e ainda o colocando como condição necessária para engravidar.

Fascinado, Laqueur partiu da premissa que, para que esse discurso fosse possível nessa época, uma outra visão de corpo, uma outra visão de anatomia sexual deveria estar em circulação. Mudou assim sua rota de pesquisa e passou a investigar o que mais tarde denominou de “invenção do sexo”, propondo que, até o século XVIII, a forma de conceber a anatomia sexual era pautada por relações de gênero mais do que pelo sexo biológico.

Essa hipótese surpreende porque muitos de nós aprendemos que gênero é uma categoria inventada no século XIX. Mas Laqueur inverte essa relação; diz que para existir o gênero tal como ele é concebido hoje, foi preciso que se criasse o sexo, foi preciso que se criasse uma teoria de dismorfia sexual. Ou seja, até a Renascença, o que imperava na Europa era um modelo de sexo único. As descrições anatômicas descreviam os órgãos femininos como sendo idênticos aos órgãos masculinos só que invertidos, internalizados. A única diferença entre homem e mulher seria, assim, a externalização dos órgãos sexuais. Esse modelo tem seus antecedentes em Galeno, tendo sobrevivido, portanto, por um milênio resistindo às transformações sociais, culturais, históricas que ocorreram nesse período.

Para entender o modelo do sexo único, segundo Laqueur (1990: 25), temos que visualizar a genitália externa masculina voltada para dentro e estendendo-se internamente entre o reto e a bexiga. Se isto acontecesse, o saco escrotal necessariamente tomaria o lugar do útero, com os testículos localizados fora e de cada lado do útero. Nesta visão, o pênis passa a ser o cervix e a vagina; o prepúcio se torna a pudenda feminina, etc. Segundo Galeno, não encontraríamos uma única parte dos órgãos masculinos que

simplesmente não pudesse mudar sua posição nesse processo de internalização.

Galeno, numa citação muito divulgada, compara os órgãos genitais femininos aos olhos de uma toupeira. Assim, os olhos da toupeira têm a mesma estrutura que os olhos dos outros animais, só que não permitem a visão; não se abrem, ficam imperfeitos. O mesmo ocorre com a genitália feminina. Ela não se abre e permanece uma versão imperfeita do que poderia ser se projetada para fora. Os olhos da toupeira são como os olhos de outros animais enquanto estão ainda dentro do útero. De forma semelhante, os órgãos femininos permanecem para todo o sempre como se estivessem ainda no útero: a vagina como um pênis que está eterna e precariamente por nascer; o ventre um saco escrotal atrofiado e daí por diante. Esses órgãos internos são sinais evidentes da falta de calor e, portanto, de menor perfeição. Diz Galeno (*apud* Laqueur, 1990:28) que “tal como o humano é o animal mais perfeito, assim, na humanidade, o homem é mais perfeito que a mulher, sendo a razão disso o excesso de calor, porque o calor é o principal instrumento da Natureza”.

Esse modelo sobreviveu até o século XVIII talvez por ser compatível com a visão de mundo que predominou durante toda a Idade Média. Uma visão de mundo, onde a medida de todas as coisas era Deus, sendo o homem a medida das coisas na terra. Nesse sistema, a mulher não existia como categoria ontologicamente distinta. Essa visão de mundo gerou um tipo de ciência baseada em hierarquias de semelhanças sendo preciso romper com tal hierarquia para que outro modelo de ciência pudesse emergir.

Durante a Idade Média era muito difícil fazer dissecações. Embora essa prática existisse, não era bem vista pela Igreja; não era feita abertamente, não era legitimada. Mas na Renascença, a anatomia se tornou um símbolo do empiricismo nascente. Pensem nas diversas ilustrações renascentistas sobre dissecação constantes de quadros e tratados de anatomia: havia todo um teatro em volta da arte de dissecar. Nessa época a anatomia emerge como uma prática fundamental para o desenvolvimento da ciência médica. Muito embora as ilustrações renascentistas fossem semelhantes às modernas, a explicação do que se via pouco diferiu inicialmente do modelo de sexo único.

Ou seja, “essa anatomia tão visual apenas demonstrou, com maior vigor, que a vagina era mesmo um pênis e o útero era o saco escrotal internalizado. Ver é acreditar ou, inversamente, acreditar é ver” (Spink, 1994a). Foi necessário que ocorressem mudanças no âmbito da ciência para que um outro olhar sobre o dado empírico se tornasse possível e foi necessário que ocorressem mudanças políticas e ideológicas para que o novo modelo do dismorfismo sexual, ou seja, de dois sexos incomensuráveis, pudesse prevalecer. Em suma, não bastou a evidência dos olhos. Foi preciso que mudassem certos elementos da matriz relacionados com o contexto político e, sobretudo com o contexto de interesses. Certamente, retomando a discussão de Beck sobre a modernidade clássica, o modelo de dismorfia sexual possibilitou a sobrevivência do feudalismo no núcleo da família.

Laqueur nos fornece um panorama riquíssimo dessas transformações; cheio de detalhes. Ele utiliza duas fontes de dados muito interessantes. A primeira consiste em relatos da época sobre episódios de mudança de sexo. Obviamente não estou me referindo a operações cirúrgicas para mudança de sexo; falo de relatos sobre ocorrências espontâneas de mudança de sexo. Por exemplo, relatos de mulheres em quem, por causa de atividade física, os órgãos genitais “desciam” e, assim, se tornavam homens. Por exemplo, o relato sobre a pastora que estava correndo atrás das ovelhas e pulou a cerca, e isso gerou o calor necessário para expulsar o pênis para fora.

A segunda fonte são os textos de anatomistas que mostram discursivamente o esforço de integração de explicações alternativas ao modelo de sexo único. Há textos em que predomina a explicação presa ao modelo de sexo único; outros, numa fase intermediária, em que as explicações mesclam – antecipando aqui alguns conceitos relacionados ao estudo de práticas discursivas, repertórios linguísticos do modelo de sexo único e repertórios do modelo do dismorfismo sexual, até que estes passam a prevalecer.

É esse cuidado de Laqueur com a linguagem que me leva a afirmar que se trata de uma pesquisa arqueológica. Ou até mais; embora Laqueur seja um historiador esse foco no uso da linguagem me leva a pensar que se trata de alguém que estava tentando entender a resignificação dos repertórios num período de transição histórica. Usei Laqueur para ilustrar a pesquisa de cunho construcionista pelas razões acima (embora não tenha

conhecimento da atitude de Laqueur face ao construcionismo). Mas escolhi um historiador de modo a pontuar a importância da história para a pesquisa construcionista. Não é apenas uma questão de compatibilidade; é também uma necessidade, pois para entender os usos atuais é preciso conhecer como foi a evolução dos repertórios linguísticos usados para falar dos fenômenos que estudamos. Os historiadores da estirpe de Laqueur nos dão insumos para isso. Daí a proximidade com a história que passa a ser quase que uma necessidade para quem trabalha com sentidos a partir do estudo da linguagem.

A segunda ilustração de pesquisas de cunho construcionista pula alguns séculos e se refere a acontecimentos dos anos 70 do século XX. Trata-se de texto de Hacking sobre abuso infantil publicado no livro *Social Construction of What?* Fiquei fascinada porque tenho um doutorando, Ricardo Pimentel Mello, que está pesquisando esse tema e não estávamos localizando nenhuma bibliografia compatível com a perspectiva construcionista e esse texto trouxe, portanto, contribuições importantes.

Hacking parte do princípio que abuso infantil não é uma categoria natural. Ele usa uma terminologia complicada, que em inglês é *kind*, que vou traduzir como “tipo”. Ele diz que esta é uma categoria de tipo interativo, ou seja, abuso infantil existe na interação entre pessoas e seus comportamentos. Você não encontra abuso infantil solto na natureza; ele é produto de comportamentos de pessoas.

Neste texto Hacking enfrenta problemas terminológicos e conceituais complexos entre eles: a noção de ideia, objeto e realidade. Mas, basicamente, o que ele propõe é que a ideia de abuso infantil é datada: emerge numa data específica (1961), num local (Denver), em um grupo muito específico de autoridades (pediatras). Tendo como referência imediata os bebês maltratados, a ideia logo expandiu-se para abarcar outras idades e circunstâncias. Primeiro foi estendido a outros eventos: não mais bebês, mas crianças de várias idades. Em um segundo momento foi legislado e, num terceiro momento, passou a ser incorporado nas práticas profissionais de médicos, educadores, pais e polícia. Para explicar isso, ele retoma a noção de matriz, propondo que essa ideia é formatada em uma matriz que envolve elementos diversos.

Hacking busca entender como a ideia de abuso infantil torna-se um problema social. Por que isto é importante? Afinal a prática, abuso infantil,

sempre existiu, certo? Em sociedades diversas, em épocas diversas as crianças foram maltratadas e essa prática às vezes era até mesmo culturalmente aceita. Os espartanos jogavam as crianças deformadas penhasco abaixo e algumas tribos indígenas brasileiras matam gêmeos porque consideram que são uma versão do mal. Entretanto, o maltrato na sociedade ocidental só vai adquirir visibilidade na era vitoriana. Foi necessário que surgisse a categoria *infância* para que o maltrato na infância pudesse fazer sentido. Daí a emergência tão tardia do abuso infantil como problema social.

A preocupação vitoriana com crueldade (que não era só inglesa, tendo desdobramentos na Europa e nos EUA) começa com os escravos: libertação dos escravos e proibição do tráfico dos escravos. Continua com o trabalho fabril, com a crueldade aos animais e só então é pensada a crueldade às crianças. Aliás, é interessante notar que a sociedade britânica anticrueldade aos animais, antecedeu a sociedade anticrueldade às crianças. É uma longa série de preocupações com crueldade que está inserida num espírito de reforma social que, no final do século XIX, gerará uma série de legislações protegendo o trabalho, as crianças, e as mulheres entre outros.

O foco da categoria crueldade é o maltrato físico; não estava ainda em pauta a questão das perversões sexuais ou do abuso sexual. O crime era o maltrato físico. O abuso sexual era tratado em outra esfera, não na esfera legal. O tema do maltrato desaparece por volta de 1910 para reaparecer com novas conotações em Denver, em 1961, num contexto onde a saúde infantil e as tradições familiares passam a ser aspectos importantes do questionamento da destradicionalização da sociedade norte-americana.

Nesse momento, o maltrato já vem ressignificado como abuso infantil, mas com novas conotações. Primeiro, perde qualquer referência a problema social vinculado à classe social ou pobreza (aspectos centrais na reflexão vitoriana sobre infância). O foco das ações na era vitoriana era as classes mais pobres que tinham que ser sanitizadas, higienizadas e civilizadas. Esse era essencialmente um movimento civilizatório. Em 1961 perde a conotação de classe; perde qualquer conotação de reforma social. Muito pelo contrário, vem inserido no movimento de preservação da tradição. Em segundo lugar, emerge como um problema médico. Finalmente, em terceiro lugar, emerge já no contexto da linguagem dos riscos, acoplado à noção de família em risco e criança em risco. A noção de

risco, ausente na questão da crueldade, está totalmente presente nos primeiros discursos públicos sobre abuso infantil.

Esses três aspectos dão ao movimento uma ampliação imediata que afeta os próprios pediatras de Denver. Eles focalizaram inicialmente os bebês maltratados, tendo consciência de que o abuso infantil estendia-se a outras faixas etárias, mas acharam que falando de bebês seria mais fácil angariar apoio. Seria mais fácil também ter apoio público falando de abuso infantil, sem referir-se a abuso sexual. Mas o movimento logo expande-se de modo a abarcar também o abuso sexual. Emerge também como movimento de defesa da instituição família e da moral familiar. Por exemplo, a noção de abuso só foi expandida para abarcar a prostituição infantil mais tardiamente, muito embora existissem estudos mostrando que havia abuso sexual e abuso físico nesse cenário e que a própria situação de prostituição infantil era, por definição, abusiva. O movimento envolveu, sobretudo, a família nuclear e a família extensa no seu sentido moderno: escola e cuidadores entre outros.

Em 1961, esse grupo de pediatras começa a mobilizar-se. Em 1962, eles escrevem um artigo que é publicado no jornal da Associação Médica Americana que publica também um editorial sobre o tema. Quem trabalhou com mídia ou com bancos de dados de publicações científicas, sabe qual é o peso da publicação na revista oficial da Associação Médica Americana e ainda com um editorial dando apoio. Em 1965, a categoria *abuso sexual infantil* passou a ser incluída no índice médico, que depois de informatizado passou a ser conhecido como Medline. Em 1974, foi aprovada legislação sobre abuso sexual infantil nos Estados Unidos. Em 1976, foi criada uma revista internacional e uma associação internacional específica para o tema. Em 1980, o movimento já tinha chegado ao Brasil, sendo que Brasil e Austrália foram os países que primeiro incorporaram esse discurso. Entretanto, é interessante observar que esse discurso não foi incorporado por todos os países. Hacking menciona uma conferência internacional em que um médico da Índia afirma que o abuso infantil mata poucas crianças na Índia, sendo que o abuso nutricional mata muito mais. Essa ampliação para incluir os fatores sociais, porém, não foi aprovada.

Qual é a evidência que o abuso sexual infantil é uma prática em crescimento? Não há dados de prevalência (número de casos registrados) e muito menos de incidência (casos novos) de abuso. Como se não bastasse

isso, a própria definição de abuso vem mudando e ampliando-se, o que dificulta o cálculo. E há ainda a questão da notificação. Hacking apresenta dados indicativos de um crescimento surpreendente no número de casos de abuso infantil. Mas fica a dúvida: trata-se de aumento do número de casos, de melhoria das formas de registro ou de mudança na forma de perceber e descrever o fenômeno?

Hacking apresenta, como exemplo, os dados de um estudo realizado por D. E. H. Russell em São Francisco que buscava mostrar que o abuso sexual intrafamiliar era muito mais frequente do que pensávamos. Para isso ela usou apenas entrevistadoras mulheres e treinou-as de modo a estarem particularmente sensibilizadas para esse problema. Essas entrevistadoras estavam aptas a ajudar as pessoas a interpretar eventos passados à luz do abuso. Russell concluiu que uma em cada duas mulheres em San Francisco haviam sofrido abuso sexual.

Por isso mesmo os números são problemáticos. Esse poder de convencimento que tem o número é uma questão apaixonante. Raramente paramos para perguntar como chegou-se a um dado quantitativo. Esquecemos que, além das dificuldades de definição das categorias que transformam a qualidade em quantidade, há também o problema da forma como o dado foi coletado. O número, portanto, na maioria dos casos merece ser questionado.

Voltando ao caso do abuso sexual infantil, quais são as consequências disso tudo? Há concordância que a revelação do abuso pode ter um efeito liberador para quem foi abusado, pois há, muitas vezes, interdito de revelação: “você não conta que seu pai lhe estuprou, você não conta que sua mãe lhe bateu”, às vezes por causa de ameaças reais, às vezes por outras razões. Outro efeito foi o de legitimação da revelação que, para muitas pessoas que sofreram abuso, foi extremamente liberador.

Mas, em contrapartida, o abuso (real ou imaginado) foi usado também, em casos de divórcio, como argumento para pleitear a tutela das crianças. Há também a complicada questão dos limites: o que conta como abuso? Na medida em que o abuso se torna um problema social (ou social-político), a ponto de levar à elaboração de legislação específica, punição, registro em polícia, retirada da criança da guarda dos pais e daí por diante, nos deparamos com a questão dos limites. Quem não lembra do caso do

garoto norte-americano que beijou a menina na escola e por isso foi expulso da escola?

Outra consequência que é particularmente interessante para um construcionista, é o efeito de reinterpretação do passado que têm essas novas categorias. O passado está sempre sujeito à reinterpretação e damos sentido aos acontecimentos passados com as categorias que dispomos hoje. Isso está ocorrendo também em relação ao abuso sexual infantil. Por exemplo, teria Lewis Carroll, autor do livro *Alice no País das Maravilhas*, sido um pedófilo? Muita verve é gasta hoje em argumentar a favor ou contra essa hipótese.

O problema de interpretar fatos passados é que tendemos a presumir que a categoria que hoje parece ser clara e cristalina, também o era no passado. Quem trabalha com homossexualidade sabe disso perfeitamente. É difícil afirmar que um personagem do passado era homossexual. Podia ter práticas sexuais homoeróticas, mas não caberia defini-lo como homossexual tendo em vista que tal categoria só passou a existir no final do século XIX.

A questão da reinterpretação do passado é também complicada do ponto de vista das vítimas de abuso. A rememoração de eventos de abuso (de vários tipos, incluindo o abuso sexual) em situação terapêutica vem sendo questionada em vários fóruns. É muito fácil convencer alguém a reinterpretar a sua infância a partir de uma outra ótica. E se a categoria abuso for ampliada, é muito provável que eventos passados passem a ser reinterpretados como abuso. Tendo em vista que a elaboração dessas memórias pode ter um efeito liberador para quem viveu um caso de abuso e o reprimiu por vários motivos, é delicado lidar com a questão da memória: esta é sempre uma reinterpretação do passado à luz do nosso olhar de hoje. Não há como voltar atrás e reviver a situação por meio de algum tipo de manipulação de áreas de memória do cérebro (e mesmo assim, é possível que tais memórias também sofram a influência do presente).

Essa pesquisa de Hacking ilustra, talvez com mais propriedade do que a de Laqueur, o que é uma pesquisa construcionista. Hacking parte da pergunta: seria o abuso sexual infantil uma categoria inevitável? Não se trata de perguntar se o abuso sexual infantil, como prática social, é inevitável, mas de entender como essa categoria foi construída e os efeitos de governamentalidade a ela associados.